

País volta a negociar com FMI

PAULO SOTERO

Correspondente

WASHINGTON — Os dois principais assessores do Ministério da Economia retomam hoje os entendimentos com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Eles acreditam num acordo com a instituição em prazo relativamente curto e no entendimento com os bancos credores, que deverá devolver aos agentes econômicos o mínimo de confiança necessária para manter a política de estabilização nos trilhos e evitar a hiperinflação.

O secretário de Política Econômica, Roberto Macedo, e do Planejamento, Pedro Parente, chegaram ontem a Washington e passaram o dia reunidos com Alexandre Kafka, o representante brasileiro no FMI. Hoje, reforçados pela presença do diretor da Área Externa do Banco Central, Armínio Fraga, eles iniciam o trabalho de conclusão da consulta regular sobre o desempenho e os números da economia, iniciado pela missão do FMI que visitou o Brasil em julho.

O encerramento dessa fase oferecerá a base para a negociação de um programa de estabilização por 18 meses. "Os números estão todos fechados", disse uma fonte brasileira, sem revelar detalhes.

A dúvida é se o FMI concordará em apoiar um programa econômico desenhado por uma equipe econômica que parece ter entrado em declínio precoce e não dispõe de apoio político para tomar as medidas necessárias para conter a nova



Protásio Neno/AR — 10/6/91

Macedo: esperança de acordo rápido para manter política de estabilização

escalada inflacionária. Fontes oficiais e do setor privado vêem o esforço da equipe econômica com ceticismo, mas observam que a retomada dos entendimentos com o FMI e das conversas com os bancos credores é um sinal positivo, pois indica que o espaço existente para o acordo, mesmo pequeno, está sendo seriamente explorado.

No fim de semana, o ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, conversou por telefone com o subsecretário do Tesouro, David Mulford. Na hipótese mais otimista, que passa pela conclusão das negociações com o Fundo no início do mês que vem, um acordo só viria em novembro ou dezembro e valeria a partir do ano que vem. O Ministério da Economia indicou esse cenário na segunda-feira ao enviar ao Congresso o projeto de

lei do Orçamento da União para 1992, com estimativa de crescimento econômico zero. Diante da percepção de descrédito político do ministro, alcançar acordos com o FMI e os bancos e esperar que eles criem um choque positivo de expectativas no País parece ser a única saída para Marcílio.

Talvez ele não esteja sozinho nesse cálculo. O comitê de bancos credores voltou a reunir-se ontem em Nova York para considerar a proposta apresentada pelo governo brasileiro no dia 21. As duas partes mantiveram vários contatos na semana passada para discutir detalhes da proposta, que foi bem recebida pelos credores. O negociador da dívida, Pedro Malan, aguarda um sinal dos bancos para retornar a Nova York, o que pode ocorrer na próxima semana.